



Maçonaria e Educação - *Poucos mas bons*

Freemasonry and Education - Few but good

Masonería y educación – Pocos, pero buenos.

EDUARDO ARRIADA¹; ELOMAR TAMBARA²

Resumo

Esta investigação teve como escopo analisar a relação entre instituição maçônica brasileira e educação. Caracterizou-se o processo de elitização que distingue aquela organização social. Tal processo significou a congregação de um grupo extremamente qualificado tanto em termos acadêmicos como financeiros. Quanto à educação verificou-se que esta foi uma preocupação sempre presente na pauta das diversas lojas maçônicas. Apesar desta priorização observou-se que, a despeito de algumas iniciativas pioneiras neste sentido, os resultados, como um todo, foram relativamente acanhados.

Palavras chaves: Educação e Maçonaria; História da Educação; Instituições Educacionais.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de História da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas. Contatos: earriada@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de História da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas. Contatos: tambara@ufpel.tche.br

Abstract

This investigation has the purpose of analyzing the relationship between the Brazilian freemasonry institution and education. The process of elitism which distinguishes this social organization is characterized. Such a process meant the association of an extremely qualified group, both in academic and financial terms. Regarding education it was verified that this has always been a present concern in the many freemasonry stores' agendas. Despite this prioritization, it was observed that regardless of some pioneer initiatives in that sense the results as a whole were relatively timid.

Key words: Education and Freemasonry; History of Education; Educational Institutions.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación entre la institución masónica de Brasil y la educación. En ella se presentan las características del proceso de elitización que distingue a esta institución social. Éste proceso significó la congregación de un grupo extremadamente calificado de personas tanto a nivel académico como financiero. En relación a la educación, se constató que esta fue una preocupación siempre presente en las prioridades de las diversas logias masónicas, pero pesar de este criterio y del desarrollo de algunas iniciativas pioneras, los resultados fueron relativamente bajos.

Palabras clave: Educación y Masonería, Historia de la Educación, Instituciones Educativas.

Recebido em: março de 2017

Aprovado para publicação em: junho de 2017

O objetivo deste trabalho é investigar o caráter elitista da instituição maçônica, o estabelecimento de educandários sob sua orientação doutrinária e, por fim, o relativo malogro quanto a este último item.

Sob o aspecto teórico-metodológico tem-se como perspectiva, em relação ao processo de elitização, a massa crítica elaborada por autores consagrados no estudo desta categoria como Pareto, Mosca, Michels, Albertoni, Poulantzas, entre outros, com especial atenção para as categorias: elite intelectual e elite econômica. Neste sentido, com particular aquiescência a Max Weber, quando este autor se refere à “situação de classe” na qual os grupos efetivos não são caracterizados como unitários e homogêneos.

É importante salientar que no Brasil há uma sólida tradição de consolidação de minorias poderosas que se arranjam para estabelecer domínios de cunho político, social e econômico. E, a partir desta posição, instituir estratégias de distribuição e apropriação de capital cultural.

As elites agregadas às frações de classe hegemônicas mobilizam-se para estabelecer parâmetros comportamentais que garantam a transmissão das posições dominantes entre seus confrades.

Neste sentido, como assinala Bourdieu, há a constituição de uma cultura de referência decorrente de um campo simbólico, caracterizado por específico “habitus”, direcionado a implementar estratégias de reprodução social. Tal processo destina-se a legitimar a diferenciação social caracterizada pela existência de uma dualidade entre um grupo de excelência e a massa da população, cada um destes segmentos com demandas singulares.

A assunção deste paradigma significa a constituição de estruturas educacionais com características distintas para atender a “necessidades” específicas. E nesta direção, observa-se como o sistema educacional é utilizado para a reprodução das desigualdades sociais, particularmente quando atende a privilégios de uma capa reduzida da população.

É com este referencial que analisamos, neste trabalho, a relação que se estabeleceu historicamente no Brasil entre a maçonaria e o sistema educacional formal. Tentamos demonstrar as dificuldades que esta instituição social enfrentou para assumir, como protagonista, o papel de mantenedora de instituições escolares, apesar de experiências bem-sucedidas.

Embora haja relativo consenso sobre a natureza e os princípios desta instituição social há eventuais controversas sobre seus aspectos doutrinários. Tal situação tem implicado numa verdadeira dispersão organizativa, particularmente no Brasil. Como fio condutor desta investigação teremos como referência a definição de maçonaria apresentada pelo GOB (Grande Oriente do Brasil) a primeira Potência a constituir-se no país.

A Maçonaria é uma sociedade discreta, na qual homens livres e de bons costumes, denominando-se mutuamente de irmãos, cultuam a Liberdade, a Fraternidade e a Igualdade entre os homens. Seus princípios são a Tolerância, a Filantropia e a Justiça. [...] O neófito ingressa na Ordem no grau de Aprendiz. Ao receber instruções e ensinamentos, galga ao grau de Companheiro e após período de estudos, chega ao grau máximo do Simbolismo, ou seja, o Grau de Mestre Maçom. [...]Suas cerimônias são sempre realizadas em honra e homenagem a Deus, ao qual denominam de Grande Arquiteto do Universo, (G.!. A.!. D.!. U.!). [...]Cada Loja possui independência em relação às outras Lojas da jurisdição, mas estão ligadas a uma Grande Loja ou Grande Oriente, sendo estes soberanos. [...]Essa é uma divisão puramente administrativa, pois as regras, normas e leis máximas, denominadas "Landmarks", são comuns a todos os Maçons. [...] (G.O.B., s/d. s/p)

O ideário maçônico está imbuído de duas características centrais: razão e perfeição como integrantes constitutivas das “Luzes”. É o princípio da racionalidade envolvido na busca do progresso humano. No centro dessa visão racionalista da propagação das luzes em direção à perfeição esta a convicção da chegada de um novo mundo, baseado na noção de progresso. Desse modo, necessitam destacar-se de um mundo impuro e imperfeito.³ Porém, não se chega de um só lance à perfeição. Há a iniciação, os graus, toda uma hierarquia, onde no topo está o grão-mestre e, na base, o aprendiz.

Nossa análise fundamenta-se, sobretudo em fontes primárias oriundas da própria instituição maçônica como boletins, mensagens, regimentos, constituições, anais de congressos, etc. que as grandes lojas faziam circular entre seus membros. Privilegiam-se documentos de lojas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas que, entendemos, refletem o que acontecia em outros estados brasileiros. Além disso, tivemos a oportunidade de analisar o “Diário” de Manuel Serafim Gomes de Freitas, membro atuante da maçonaria de Pelotas, posteriormente Grão-Mestre da Maçonaria, escrito de próprio punho, relativo ao ano de 1928. Confrontam-se estas informações com estudos clássicos sobre a temática como Marques (1989), Morel (2001), Amaral (1999), Moraes (1981), Colussi (2003), Barata (1999, 2006).

A atuação da maçonaria no Brasil tem merecido a atenção de investigadores vinculados à academia. Particularmente, quanto à conexão entre a instituição maçônica e a difusão da educação, há crescente preocupação no sentido de evidenciar o zelo despendido pelas lojas maçônicas na criação de escolas com ênfase para as de primeiras letras.

Estes estudos demonstram que, de modo especial, a partir de meados do século XIX a maçonaria procurou estimular seus adeptos a fundarem ou auxiliarem na instituição de estabelecimentos escolares no Brasil. Agregando-se, de certa forma, ao movimento de intelectuais estudado e caracterizado por Roque Spencer Maciel de Barros como “Ilustração brasileira” no final do século XIX e início do século XX e que se envolveu direta ou indiretamente nos conflitos e desinteligências que aconteceram entre maçonaria e Igreja Católica.

Houve uma clara ambivalência na proposta maçônica, de um lado, existia a necessidade de criar escolas para atender a demanda dos próprios membros da ordem, e que, evidentemente, exigia um educandário de melhor nível e, por outro lado, havia a proposta de estabelecimento de uma rede popular de educação destinada às “classes desfavorecidas”, de modo especial, escolas noturnas. Embora com naturezas diferentes estes dois tipos de escolas estão vinculados à perspectiva de utilizar a educação para alargar a civilização em um patamar iluminista.

No período da República Velha observa-se a arregimentação de forças de diferentes matizes com a intenção de ocupar os aparelhos ideológicos de estado. A rigor, a partir da consolidação do Partido Republicano no poder, com suas diferentes nuances doutrinárias nos diversos estados, distintas correntes ideológicas procuraram ocupar espaço no campo educacional, tanto de forma explícita, como se utilizando de táticas mais sutis ou mesmo sub-reptícias.

De modo que, instituições sociais, como as religiosas de diferentes denominações, criaram mecanismos e estratégias político-administrativas desejosas de preencher espaços que

³Há introjetado no imaginário da Ordem seu papel vanguardista. Como aponta a loja Autonomia e Liberdade da cidade de Santos: “a única força que existe arregimentada para opor-se à marcha triunfal dos inimigos do progresso e do desenvolvimento social e intelectual da geração moderna, é a Maçonaria e a ela compete, como um dever iniludível, coligar-se para uma forte resistência, que esteja na altura dos elementos a combater” (CONGRESSO, 1904, p. 42)

a novel constituição republicana lhes facultou ocuparem. Dentre os quais se sobressai o aparelho escolar. Dessa maneira, sob certo aspecto surpreendente, a própria religião oficial do período monárquico, a Católica, portou-se com muito mais desenvoltura no período republicano, caracterizando uma nova etapa de atuação, muito mais agressiva e propositiva, no que tange à performance na área do ensino escolar.

A instituição maçônica não foge a esta regra. O início do período republicano singulariza-se, por uma reformulação da mesma que vai sacá-la de um período caracterizado como decadente⁴ para alocá-la em outro identificado por maior fervor em sua militância. O marco divisor destes períodos foi a instalação de Grandes Orientes dissidentes com abrangência regional. Esta cisão da maçonaria, aliás, aspecto bastante típico desta instituição no Brasil, propiciará uma nova dinamização da Ordem, com a fundação de novas lojas e o reerguimento das colunas de muitas lojas adormecidas. Ademais, esta dissensão revela claramente maneiras distintas de compreender a forma de organização da maçonaria. No caso dos Grandes Orientes regionais defendia-se uma estrutura federalizada, onde preponderasse a autonomia dos diferentes grandes orientes estaduais. De qualquer forma o que ocorre é uma disputa entre as duas formas organizativas no sentido de ampliarem o número de lojas sob suas jurisdições. Assim, por exemplo, o final século XIX ficou marcado por um processo de soerguimento da maçonaria do Rio Grande do Sul, mormente pela expansão do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS) que em 1900 passa a ter 14 lojas e capítulos regularizados com 3.590 maçons cotistas. (BOLETIM, 1900, P.50) No caso do Brasil o mesmo fenômeno é observado, pois de 310 lojas instaladas a partir de 1883, 282 se mantinham abertas em 1900. Em contraposição ao período anterior onde apesar de 312 lojas terem se constituído sob a orientação dos Grandes Orientes do Lavradio e dos Beneditinos apenas 110 se mantinham em funcionamento em 1900. (ANUARIO, 1900, P.205) De qualquer forma há 392 lojas vinculadas a estas duas potências com as colunas erguidas neste ano, o que não é pouco.

Entretanto, o que não se ignora é que alguns princípios defendidos tanto pela maçonaria federalizada como pela nacional são muito semelhantes, dentre os quais se destacam o anti-clericalismo e o processo de elitização de seus quadros. O que levava a freqüentes manifestações que ressaltavam a necessidade de união como, por exemplo, a da loja Guilherme Dias da capital paulista:

Não deveria acabar-se desde já com a divergência e desunião da família maçônica brasileira? A desunião não concorre para o enfraquecimento e desanimo que reinam nas CCol dos nossos Templos? Continuando assim, como é que podemos enfrentar os inimigos da Instituição guerreando-nos mutuamente, em vez de mutuamente ajudar-nos e socorrer-nos? (CONGRESSO, 1904, p. 148).

Consoante, particularmente ao anti-clericalismo, frequentemente representado pela oposição ao trabalho da Companhia de Jesus, há uma atitude recorrente em manifestações maçônicas, particularmente naquelas de “circulação restrita”, mas que por vezes, também tinha

⁴ Como se manifestou a loja Estrela do Rio Claro da cidade de Rio Claro em 1904 “A inércia que se tem acentuado na vida da Maçonaria Brasileira, vem de há muito aniquilando a sua existência, como que reduzindo-a, no grande cenário da atividade humana, à uma Instituição morta”. (CONGRESSO, 1904, p. 102)

visibilidade nas circulares ou textos de cunho mais amplo. Como se pronunciou a loja Luz à Humanidade da cidade de Jundiaí no Congresso Maçônico de 1904 instigando a “*tomar providencias tendentes a impedir que a horda escura, a horda sombria de Loyola venha exercer a sua influencia reconhecidamente nefasta.*” (p. 37) corroborando a loja Brasília da cidade de Bragança que identificava os jesuítas como “*amigos das trevas, adoradores e propugnadores do obscurantismo, eles advogam princípios diametralmente opostos aos beneméritos intuitos da Maçonaria*” (p. 64).

Neste mesmo congresso as manifestações são reiteradas com este escopo como a da loja Sete de Setembro da Cidade de São Paulo:

E, com efeito, não é com estes filhos de Loyola, com estes descendentes dos Torquemadas e Malagridas que, de esgares brutais, ferozes, carniceiros incitavam os verdugos aos tormentos do santo officio, com a imagem do divido crucificado, à frente, escárnio estúpido contra a divindade do Homem Deus que espalhou a paz e o amor sobre a terra; - não é com essa gente que, ainda hoje se encarrega da educação da infância, pompeando de cachaço gordo e nédio, presidindo ao ensino das escolas, que se há de conseguir o aperfeiçoamento intelectual, social e moral da humanidade (CONGRESSO, 1904, p. 169).

Entretanto não deixa de ser notável que mesmo em relação a esta matéria a maçonaria não se apresenta de maneira consensual. Ao contrário as intervenções das diversas oficinas denotam compreensões as mais antagônicas.

Elucidativa é, por exemplo, a posição da loja Estrela da Caridade do município de Espírito Santo do Pinhal ao asseverar que “a ação benéfica das congregações religiosas na civilização do povo sul-americano, especialmente o brasileiro é incontestável. [...] Há quem diga ser perniciososa a educação ministrada pelos padres; achamos que não.” (CONGRESSO, 1904, p. 25) Em contraposição, a loja Justiça e Caridade da Vila Bomfim da cidade de São Paulo reverberava que “é necessário enfrentar o clericalismo até enforcar o último papa com os intestinos do último frade” (Idem, p. 110)

A própria questão do proselitismo religioso de outras confissões era vista de forma contraditória. Assim, segundo a Loja Firmeza do município de Itapetininga

Falamos muito contra o jesuitismo de batina e esquecemo-nos dos de casaca que mais facilmente se imiscuem na vida particular sem que se lhe pressinta os maus passos. Vemos atualmente uma outra onda contra a Instituição – os protestantes separatistas que andam de cidade em cidade a combater a Maçonaria como condenada, seita filha do diabo (é até risível); e, como geralmente os crentes são fáceis de se levar pelos que constituem, no seu meio religioso, a elite social, lá vão certos de que nesta casa desmoronam-se as crenças, impondo aos irmãos atos subversivos da ordem por uma intolerância estúpida. (Idem, p, 56)

Enquanto que a loja Sete de Setembro da capital paulista afiançava: “*Que quadro de sublime, encantadora poesia não nos oferece o pastor protestante, a um tempo ministro de sua religião, chefe de família amoroso e preceptor exemplar! Este, sim, que tem todos os predicados abonatórios; ministro de sua religião, pai e mestre! Não tem Roma nem Vaticano*” (Idem, p. 170).

Aliás, não se desconhece que o retorno dos jesuítas, após sua reabilitação pelo Vaticano, significou um grande alento para a Igreja Católica no Brasil, tão combatida no período imperial. Para alguns maçons, a própria ordem estava impregnada do modo de ser e de pensar da Companhia de Jesus. De modo que havia tanto a necessidade de “maçonizar” a maçonaria como também o imperativo de laicizar a educação. Embora as duas ações fossem tarefas hercúleas e de difícil exequibilidade. Dificuldade aumentada pela ausência de escolas com as características propugnadas pela Ordem, como expressou a loja Autonomia e Liberdade da cidade de Santos:

Ora, nós, não temos escolas dignas deste nome, - veículos de idéias, como vacina do espírito contra o morbus que o enferma; não temos colégios e em tudo, desde o berço em que embalamos os nossos filhos até à lágrima com que choramos os nossos mortos, deixamos impregnar-se o hálito do jesuíta, que se internou tanto em nossa organização moral, pela nossa desídia, que não podemos deixar de presentir-lo no suor da nossa organização física. (CONGRESSO, 1904, p. 41).

É interessante perceber que a maçonaria de forma rotineira, mormente a vinculada ao rito francês ou moderno, atribuía ao catolicismo e, ao jesuitismo em especial, todo e qualquer problema que a sociedade humana apresentasse.

[...]o jesuitismo aferrado ao seu ideal de domínio mundial, dispendo de armas poderosas, a escolha; o padre vivendo de ser padre, sem responsabilidades de espécie alguma, sem pátria, sem família, sem encargos sociais absolutamente nenhuns – eis o fragello que apremia os povos.

E quando tudo isso sucede e nos impõe a união como o único meio de se poder praticar o bem. Gr. Or. Do Brasil, inesperadamente, rompe a cadeia que no país fazia dos maçons uma só família e atira-nos uns contra os outros. (MENSAGEM, 1916, p. III –IV).

Este excerto revela um dos pontos débeis da maçonaria brasileira que é a sua constante desunião. No caso em evidência o ponto principal de atrito foi o posicionamento do Grande Oriente do Brasil em não reconhecer a autonomia das potências regionais. Em verdade, há aqui uma diferença doutrinária bastante importante entre aqueles que defendiam um caráter federalista para a instituição e outros que propugnavam uma organização de cunho mais centralizado.

Essas constantes rivalidades também eram evidentes em nível municipal. Muitas vezes tentando superar suas divergências as diversas lojas acabavam fundindo-se em uma só ou numa Grande Loja autônoma. Em seu “Diário” relatava Manuel Serafim Gomes de Freitas:

Estiveram aqui, de manhã, os Srs. Rocco Felipe e Camillo Gomes Pires, membros da loja “Fraternidade”. Vieram convidar-me para grão-mestre da Grande Loja que se vae constituir provavelmente neste Oriente, com a reunião das lojas “Fraternidade”, desta cidade, “Amizade” de Bagé, “Rocha Negra” de São Gabriel, e “Santanense” de Sant’Ana. A Grande Loja, que poderá mais tarde ser acrescida com a adunção de outras lojas que se subordinarem à sua orientação, terá character provisório, até que se constitua o Grande Oriente, de Porto Alegre, de acordo com os interesses maçônicos universais. Para esse fim será preciso que a maçonaria no Rio de Janeiro se unifique, e que, portanto, os maçons da capital se submetam à direção do Grande Conselho, presidido pelo Dr. Mário Behring, e à do Grande Oriente, presidido pelo Contra-almirante Thompson (FREITAS, 1928, p.3).

A amplitude do antagonismo entre estas potências revela a intensidade da disputa que se estabeleceu no seio maçônico de tal forma que em 1920, por exemplo, em Mensagem à Assembléia Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul era distinguida a perseverança de seus membros nos quadros da instituição tendo em vista o constante assédio do Grande Oriente do Brasil.

Quem procurar conhecer a vida deste Gr. Or. Sua existência e os motivos que determinaram sua fundação não poderá deixar de proclamar a lealdade com que agiram seus fundadores, jamais se afastando dos lídimos princípios de Amor, Tolerância e Fraternidade pregados por nossa Sob. Ordem (MENSAGEM, 1920, p. 4).

Em 1916 na mensagem do GORGS percebe-se a posição deste Grande Oriente em relação a esta cisão

As conseqüências da centralização da suprema administração maçônica na Capital Federal são deprimentes. [...]

O eminente irmão Macedo Soares, de saudosa memória, o disse:

- A unidade maçônica, num país tão vasto como o Brasil, só é possível obedecendo aos ideais federativos.

Mas a Const. Do Gr. Or. Do Brasil é uma negação desses princípios.

Os seus grandes orientes estaduais não passam de modestas agencias do Poder Central (MENSAGEM, 1916, p. VI).

Quanto ao processo de elitização dos quadros maçônicos isto é evidente na constituição do GORGS na medida em que este interpreta que muitos dos problemas da maçonaria se originavam de irmãos que não estavam imbuídos de um verdadeiro espírito maçônico.

Com este intento há uma explícita orientação no sentido de que cada loja tivesse especial atenção no processo de recepção de novos membros. Era enfatizado estudo acurado da vida pregressa, das características pessoais e profissionais, e principalmente do aferimento da capacidade do irmão de atender os compromissos inerentes a sua inserção na maçonaria, com especial ênfase aos encargos de cunho econômico.

Em documentos da Ordem são reincidentemente lamentados os descuidos com que muitos irmãos e, mesmo muitas lojas, tratavam os compromissos financeiros. Tal comportamento seria a origem de muitas dificuldades de caráter administrativo e que estorvavam sobremaneira a boa gestão da instituição. De qualquer forma, o aspecto fundamental, reiteradamente salientado, era o do aprimoramento no processo de seleção dos componentes das diversas lojas.⁵

As qualidades intelectuais são constantemente lembradas como ingrediente fundamental para o soerguimento da Ordem. Por exemplo, a loja Cruzeiro Central da cidade de Cruzeiro entendia que:

⁵ “Urge que as sindicâncias sejam rigorosas e a seleção bem feita, em nossas lojas, para que os esforços sinceros dos lídimos maçons não se anulem ante a ação deletéria dos falsos mestres” (CONGRESSO, 1905).

Ao iniciando na nossa ordem deve ser imposto todo o rigor para que tenha a capacidade intelectual precisa para emancipar-se de grotescos princípios, oriundos de defeituosas noções de educação, evitando-se destarte dissensões impostas, quase sempre, mais pelos preconceitos do que pela deslealdade (CONGRESSO, 1904, p. 49).

Outro aspecto que fazia com que os maçons se preocupassem com o processo de seleção de seus membros era o relativo desprestígio com que a Ordem se deparava em alguns segmentos da sociedade. E segundo a loja Firmeza do município de Itapetininga “*uma das causas que mais influem no espírito público, é a facilidade de admissão nas Oficinas de indivíduos trôpegos morais e intelectuais que só servem para abater a Maçonaria servindo-se de argumentos comparativos para os nossos adversários.*” (IDEM, 1904, p. 56)

De modo que nos reportando à definição de maçonaria apresentada pelo GOB no início deste texto podemos perceber com clareza um processo de inclusão bastante elitista na medida em que são aceitos somente pessoas do sexo masculino (mesmo que haja reação a este preceito), que apresentem capacidade civil, boa moral, saibam ler e escrever, possuam renda para cumprir com as despesas impostas pela pertença a ordem.⁶

Este caráter sexista constitui-se um elemento importante nas lojas tradicionais. O GORGS em sua constituição no capítulo I quando trata dos requisitos para a iniciação reza:

Serão admitidos Maçons as pessoas do sexo masculino, maiores de 21 anos, que não professem ideologias que se oponham aos princípios gerais da Instituição, admitidas mediante deliberação de uma Loja justa, perfeita e regular, por meio de escrutínio secreto em que todos os presentes tomem parte e devidamente iniciadas segundo o Ritual adotado por essa Loja (DECRETO, 1997, p. 9)⁷.

O que se pode observar é que esta assunção é recorrente na maçonaria, se constituindo, inclusive, em um Landmark⁸ da Ordem. Na apresentação dos landmarks do Simbolismo a Soberana Grande Loja Simbólica do Rio Grande do Sul (o 18º) torna explícita esta situação: “*Por este Landmark os candidatos à iniciação devem ser isentos de defeitos ou mutilações, livres de nascimento e maiores. Uma mulher, um aleijado ou um escravo não podem ingressar na fraternidade*”. (1940, p. 50)⁹

⁶ Sobre o perfil socio-econômico dos membros da maçonaria veja. Colussi (2003).

⁷ Tal aspecto é reforçado no Regulamento “Art. 119. São Maçons as pessoas do sexo masculino, maiores de vinte e um (21) anos de idade, admitidas mediante deliberação de uma Loja justa, perfeita e regular, por meio de escrutínio secreto em que todos os presentes tomem parte e devidamente iniciadas segundo o Ritual adotado pela Loja.” (1973, p.40)

⁸ Os landmarks são os grandes orientadores da “regularidade” das lojas de modo que são atribuições da grande loja entre outras: “Velar, dentro de sua jurisdição, pela fiel observância dos landmarks, princípios gerais da Ordem e preceitos estabelecidos nesta constituição e nas leis e resoluções emanadas dos poderes competentes” (CONSTITUIÇÃO, 1934, p. 11)

⁹ Observe que este Landmark é difundido em todas as lojas. Assim, por exemplo, ele é reproduzido integralmente na CONSTITUIÇÃO do Ceará (1934 p. 48): “18º Por este Landmark os candidatos à iniciação devem ser isentos de defeitos ou mutilações, livres de nascimento e maiores. Uma mulher, um aleijado ou um escravo não pode ingressar na Fraternidade”

O problema que muitas vezes é colocado em relação aos princípios doutrinários da maçonaria, particularmente os Landmarks refere-se a sua imutabilidade o que, em muitas situações, é motivo de questionamentos. Entretanto a ortodoxia maçônica neste particular tem-se mantido inflexível. Na Constituição que rege o GORGS isto é explícito:

Os Regulamentos, Estatutos e outras Leis podem ser revogadas, modificadas ou anuladas. Porém os "Landmarks" jamais poderão sofrer qualquer modificação ou alteração. Enquanto a Maçonaria existir, os "Landmarks" serão os mesmos, como o eram há séculos. São, portanto, eternos e imutáveis (DECRETO, 1997, p. 41).

Não há dúvidas que a maçonaria tinha como objetivo fundamental consolidar uma instituição social caracterizada pela elitização. Em momento algum se observa tentativas de massificação de seus quadros. A constituição de um grupo de escol era muito mais importante do que uma eventual propaganda de ampliação de sua penetração na sociedade de forma irrestrita e universal.

Por ocasião do Congresso Maçônico de São Paulo, em sua primeira reunião o Venerável foi enfático:

Já disse deste lugar que é preferível que uma oficina conte 20 ou 30 obreiros, mas todos competentes, capazes de deliberar e capazes de, com as suas luzes, prestar o seu concurso à oficina e à Ordem, do que possuir 100 ou mais obreiros que não possuam os requisitos necessários (CONGRESSO, 1904, p. 220).

É importante perceber que esta doutrina era manifestada de forma explícita como uma política propositiva da instituição:

A necessidade primeira da maçonaria, em nossa Pátria, é a de seleção rigorosa. É preciso que nos não deixemos levar pela tentação da quantidade; é indispensável que atentemos tão somente para a qualidade (RESUMO, 1940, p. 29).

A seleção rigorosa dos membros era vista como uma necessidade no sentido de preservar a unidade da maçonaria. Como temos evidenciado, uma das peculiaridades desta instituição foram as constantes desavenças institucionais que nela se instalaram. Muitas vezes estas dissidências eram vistas como provenientes de comportamentos lenientes de seus obreiros quando da recepção de novos membros.

Um dos grandes males que inibe, em regra, maior aproximação entre os membros de uma loja, é a falta de escrúpulos de falsos irmãos prontos sempre a explorarem os incautos. Homens pequeninos, que ingressam nos templos escudados na tolerância maçônica, cedo começam a desenvolver sua atividade dissolvente e nefasta, anti-maçônica, explorando a boa fé dos irmãos e alvejando, de preferência, os mais novos na vida maçônica (IDEM, p. 34).

De modo que se ressalta que as diretrizes emanadas nas diversas instâncias das grandes lojas possuíam uma clara conotação de elitização. Esta concepção perpassa todo o século XX. Em 1920, por exemplo, o grão-mestre era duramente direto em relação a esta matéria:

Assim, deve sempre presidir às admissões, ao Quad. Das LLoj. A mais rigorosa seleção, devendo todas adoptarem esta divisa: - **Poucos, mas bons.** (grifo do texto) (CIRCULAR, 1920, p. 22).

Meio século depois este procedimento é reiterado em mensagem do grão-mestre publicada no Boletim Oficial do Grande Oriente do Rio Grande do Sul no qual é ressaltado quão importante é a questão da “qualidade” dos postulantes a membros da ordem. Afirmava o grão-mestre:

E aqui vale a lição do inolvidável Marechal Carlos Frederico Mesquita, um dos mais atuantes Grão-Mestres do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, quando afirmava: “*A maçonaria é órgão de elite; mais vale a qualidade do que a quantidade*” (BOLETIM, 1972, p. 68).

As condições de iniciação do profano à ordem possuem um detalhamento muito claro no sentido de determinar os padrões de comportamento e atitudes do postulante tanto em seu aspecto pessoal como no familiar e social. Em verdade, há uma investigação rigorosa da vida social como se pode facilmente apreender pelo que preceitua o Regulamento do GORGS quando trata dos requisitos para admissão:

Art. 121. A admissão de um profano na Ordem depende da verificação dos seguintes requisitos, que são considerados essenciais:

I – Estar em pleno gozo da capacidade civil.

II – Ter bons costumes e reputação ilibada, apurados em rigorosa investigação que abranja seu presente e seu passado.

III – Ter vida familiar organizada, sendo sua companheira, quando a tiver, pessoa digna e cordata.

IV – Possuir, no mínimo, instrução de nível fundamental e ser capaz de compreender aplicar e difundir o ideário da Instituição.

V – Ter profissão ou meio de vida lícito, devendo ter renda mensal superior a cinco (5) vezes o salário mínimo regional, aumentando-se, como exigência, de meio (1/2) salário mínimo para cada dependente que não tenha renda própria, excluída a esposa (p.41).

Evidentemente é manifesta a tentativa de elitização do quadro maçônico que está associado à segregação de cunho intelectual, moral e econômico. Neste último quesito, chama atenção, a precisão com que este é definido.

De modo geral, observa-se a construção de uma concepção institucional de cunho messiânico, cuja expressão fundamental é reconstituir ou, mesmo construir, o novo mundo baseado na idéia de ciência, fraternidade e tolerância. Há uma pré-constituição da idéia de que determinadas instituições, de modo especial a Igreja Católica, e de forma especialíssima a Companhia de Jesus, eram responsáveis pela anomalia de uma trilha que precisava ser retificada. E neste sentido é que os trabalhos dos maçons deveriam orientar sua atenção.

Na Assembléia Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul realizada em 1900 tal doutrina pode facilmente ser apreendida na fala do Grande Orador Dr. Joaquim Marques da Cunha

[...] quanto mais se vão passando o tempo mais a religião católica se afasta da religião primitiva [...] augura á maçonaria o desempenho de uma futura missão salvadora [...] e quando acelerar-se o derrocamento das sociedades, ela, a mais altruística e moralizadora instituição, virá à tona e salvará os restos da civilização a extinguir-se (BOLETIM, 1900, p. 40).

O que se observa é a construção de um projeto de poder que visava a ocupação dos diversos espaços decisórios da nação. Este projeto, por vezes, se apresentava de modo difuso, mas que estava espalhado em todos os níveis e consistia em uma aspiração da Ordem. Como, por exemplo, traduziu a loja Amor e Concórdia do município de Jundiá: *“A maçonaria pode e deve entrar francamente na direção dos países, a fim de trazer o bem estar, respeito, instrução e liberdade para seus concidadãos, e conseguinte prosperidade desses mesmos países.”* (CONGRESSO, 1904, p.138) Ou como se pronunciou, mais confessadamente, a Loja Amor e Trabalho da cidade de Jacaré *“Fazendo ser presidente da República Brasileira um Maçom adiantado”* (Idem p. 76).

Indiscutivelmente o início do século XX foi marcado por uma reestruturação doutrinária da organização maçônica. Este processo está patente nos diversos congressos maçônicos realizados no Brasil, com destaque, em nosso trabalho, para o Congresso Maçônico de São Paulo (1904) e Rio Grande do Sul (1905).

Seus documentos conclusivos sintetizam a doutrina maçônica hegemônica e representam as principais diretrizes que, em termos institucionais, vão balizar seu comportamento por um longo tempo.

De forma especial procurou-se assinalar o caráter anti-clerical que pautou as potências brasileiras desde o Século XIX:

Que a maçonaria tratará de combater o clericalismo no estado, doutrinando o povo, em bem do seu adeantamento intelectual e moral; negando aos padres recursos de qualquer natureza; demonstrando que a igreja catholica apostólica romana não é a executora dos princípios do christianismo; e, finalmente, promovendo a fundação de clubes anti-clericais (CONGRESSO, 1905, p. 57).

A maçonaria estava ciente que um dos meios mais eficazes para anular o poder da Igreja Católica era dissuadir a população de submeter-se à prática da recepção dos sacramentos da mesma. Percebe-se que a Igreja, ordinariamente, se utiliza do processo de sacramentalização em sua prática de evangelização como uma estratégia de persuasão e de dominação simbólica. De modo que, o Congresso, de maneira resolutiva afirmou em suas conclusões:

Que os maçons, por meios suasorios, devem procurar fazer com que as pessoas de suas famílias se abstenham do batismo, do casamento e das encomendações da igreja catholica romana, porque esses atos nenhum valor tem perante as leis do país, e a sua falta em nada prejudica os sentimentos religiosos (Idem, p. 57).

Mas não deixa de ser notável que os mesmos artifícios censurados em relação à Igreja Católica eram estimulados como prática desejável para os adeptos da maçonaria. Com efeito, tais procedimentos podem ser facilmente identificados em relação a rituais de casamentos, “batismos”, funerais, entre outros, em várias determinações dos Grandes Orientes.¹⁰

Deve-se destacar que neste congresso (RS) foi aprovada uma resolução com o intuito de organizar um sistema educacional alternativo ao de caráter confessional que então era hegemônico em quase todo o território nacional. Tal processo deveria ter início, como um primeiro passo, pela negativa em matricular seus filhos nestes colégios. Segundo o congresso gaúcho “*os maçons devem sobretudo abster-se de confiar a educação de seus filhos aos colégios de jesuítas*”.

No congresso paulista, no ano anterior também havia pronunciamentos neste sentido, como o da Loja Sete de Setembro da capital do estado:

E mal avisado andaré um povo que entregue seus filhos às congregações religiosas para serem educados. Este povo não pode esperar nada desses filhos que lhe ficarão idiotas, à força de sermões ociosos e idéias infernais e diabólicas, que constantemente os padres e frades lhes trombeteiam aos ouvidos (CONGRESSO, 1904, p. 172).

Sem sombras de dúvida, no Brasil, particularmente no início do século XX, a maçonaria visualizou na Companhia de Jesus todos os elementos a serem criticados na instituição Igreja Católica. Aquela pela relevância de sua organização foi constantemente “demonializada” e vista como a principal inimiga a ser combatida. (CIRCULAR, 1920, p. 22)

A questão que se impõe, portanto, é o enfrentamento que a instituição maçônica se dispõe a realizar à Igreja Católica no campo educacional formal. Não restam dúvidas que o agrupamento maçônico reuniu um grupo de escol, o que não acontecia em qualquer outro. Tanto no que se refere à capacidade econômica como, e principalmente, no que tange à capacidade intelectual a maçonaria detinha uma massa crítica invejável. Este aspecto sinalizava bons aqouros para o intento de estabelecer um sistema de ensino alternativo ao confessional.

Em verdade este sistema tinha a pretensão de constituir-se em um elemento balizador do processo de conformação do projeto republicano no Brasil. Como analisa Moraes:

As iniciativas educacionais desses setores dominantes identificados com a maçonaria Republicana não se esgotam na organização da chamada *instrução popular*, no ensino profissional de trabalhadores nacionais livres e escravos, e, mais tarde, de imigrantes que, a partir dos anos 1.890, irão compor majoritariamente o mercado de força livre de trabalho, em constituição na Província. Os esforços desses homens também estarão reunidos para promover a educação das *elites* diretoras e dirigentes do Estado Republicano: a organização de novas modalidades de ensino secundário (o ginásio) (MORAES, 2006, s/p).

¹⁰ Veja: Ceremonial do Funeral Maçônico de Corpo Presente – GORGS. Porto Alegre, Typ. Nacional, 1902. Ritual da Adopção Infantil. Porto Alegre, Typ. Nacional, 1900. Ritual de Casamento. GORGS. Porto Alegre, Oficinas Typ Nacional, 1901.

E neste sentido seus dirigentes não pouparam incitações tanto às lojas como a seus adeptos no sentido de estimular tal desiderato. Mesmo assim, nota-se que a maioria fez ouvidos moucos, pois os resultados, ante a expectativa decorrente da qualidade dos recursos disponíveis, foram relativamente acanhados.

Se bem que a ingerência da Ordem em relação à educação tenha ocorrido em vários níveis, em termos efetivos, a maçonaria encontrou grandes dificuldades em implantar sistemas alternativos àqueles que considerava inadequados e, neste sentido, particularmente, àqueles vinculados à Igreja Católica.

Em um primeiro momento, poder-se-ia imaginar que por ser composta por sujeitos extremamente qualificados e, de modo geral, pertencentes a uma categoria mais intelectualizada da elite nacional a instituição teria um desempenho expressivo nesta área. Mas não foi o que aconteceu.

Embora, frequentemente instigados a criarem colégios, não se obteve resposta à altura das expectativas dos dirigentes. Conquanto seja significativa a atuação maçônica¹¹ ela ficou muito aquém de expressar um perigo para a hegemonia católica e também muito longe de suas potencialidades caso os simpatizantes colocassem seus filhos em colégios de orientação maçônica, isto se os mesmos fossem instituídos para atender tal demanda, o que não aconteceu, apesar da insistência das grandes lojas.

Em outro movimento, os maçons procuraram limitar a ação católica, nos sistemas públicos de ensino, vigiando para que os mesmos apresentassem um caráter laico. Tal aspecto pode ser constatado, por exemplo, em uma das resoluções do congresso maçônico realizado, em Porto Alegre, em 1905: *“Que a maçonaria deve esforçar-se para conseguir que a instrução primaria seja inteiramente leiga, como determina a constituição do estado”*.

Impregnada de ideais iluministas a Maçonaria disseminava a idéia de que através da educação seria possível equalizar as diferenças sociais, plasmando através da escola uma estrutura que oportunizasse, a todos, possibilidades igualitárias de ascensão social. Entretanto a realidade era outra - muito distinta.

No século XIX a implantação de um sistema educacional sob os auspícios maçônicos teve seu maior incremento a partir do último quartel com um sistema educacional claramente dualizado. Como concluiu Moraes em relação à Campinas, mas que pode ser generalizado ao Brasil:

As iniciativas educacionais desses setores dominantes identificados com a maçonaria republicana não se esgotam na organização da chamada instrução popular, no ensino profissional de trabalhadores nacionais livres e escravos, e, mais tarde, de imigrantes que, a partir dos anos 1890, irão compor majoritariamente o mercado de força livre de trabalho, em constituição na Província. Os esforços desses homens também estarão reunidos para promover a educação das elites diretoras e dirigentes do Estado Republicano: a organização de novas modalidades de ensino secundário (o ginásio). No entanto, a esses setores não bastou referendar apoio proteção aos colégios particulares. Associaram-se para criar o seu próprio colégio e o fizeram sem visar fins lucrativos (MORAES, 2006, p.114).

¹¹ Segundo Barata (1999, p. 141) Em junho de 1922 – conforme o *Livro Maçônico do Centenário* (Rio de Janeiro, 1922), a maçonaria brasileira mantinha 132 escolas em 16 estados, com 7.030 alunos matriculados.

De modo que há uma relativa complexidade neste modelo que contempla inclusive um caráter de incentivo à ascensão social típico das instituições escolares católicas ao reservarem “o ensino gratuito a 20 alunos pobres” (ALMANACH, 1878, P.8)

O Colégio Culto a Ciência, fundado em 1873, a aula noturna do professor Bento Cunha (1877) e o curso de alfabetização aberto pela Loja Maçônica Independência, em 1869, (TAMBARA, 1995, p.366) representam com fidedignidade o paradigma maçônico em relação à educação. Inclusive as dificuldades que a instituição apresentava como entidade mantenedora sendo que em poucos anos, após uma série crise, o Colégio Culto a Ciência passou, em 1896, à administração do governo estadual.

De forma similar, em 1º. de Maio de 1878, foi criada a Sociedade Beneficente Propagadora da Instrução Popular na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pela loja maçônica Estrela do Oriente 3º no Oriente de S. Leopoldo. A sociedade tinha os seguintes objetivos:

- 1º. Dar instrução primária e secundária à mocidade de ambos os sexos.
- 2º. Propagar os conhecimentos úteis à humanidade, respeitando as instituições políticas do país e as diversas religiões, sobre as quais não permitirá controvérsia alguma (RIO GRANDE DO SUL, 1886).

Segundo o estatuto a Sociedade terá um curso de estudos para ambos os sexos, no qual serão lecionadas as seguintes matérias:

- 1º. Primeiras letras, gramática e literatura nacional
- 2º. Geographia, historia pátria e universal
- 3º. Francês, inglês e alemão
- 4º. Matemáticas puras, desenho linear, topográfico e arquitetura.
- 5º. Escrituração mercantil
- 6º. Ginástica, dança, esgrima, natação e musica
- 7º. Química, física, mineralogia, historia natural
- 8º. Anatomia elementar e higiene
- 9º. Filosofia racional e moral, retórica e poética.
- 10º. Direito natural, publico e economia social.

É evidente que o curso se propunha a ter uma qualidade acima da média do ensino provincial ministrado à época, mormente no que se refere à instrução secundária.

O programa de estudos de 6 anos era dividido em ensino primário (dois anos) e instrução secundária (4 anos). Sendo que o ensino primário compreendia:

1º. ano. Leitura, escrita e caligrafia. Principais elementos de aritmética e suas operações fundamentais sobre os números inteiros, noções gerais de gramática e religião.

2º. ano Leitura corrente, escrita e caligrafia, aritmética até proporções. Sistema métrico decimal, gramática (análise gramatical), Elementos de geografia e corografia, Geometria prática e religião.

O que chama atenção é que, diferentemente do que era habitual nos programas de ensino primário da época, não há eleição de conteúdo por gênero. Embora ocupassem “as meninas classes inteiramente separadas das em que estiverem os meninos”.

Esta segregação, entretanto, vai aparecer por ocasião do ensino secundário onde “para as meninas os estudos – esgrima, ginástica e natação serão substituídos pela costura e mais trabalhos de agulha”. Ainda alguns aspectos interessantes do Estatuto da Sociedade podem ser comentados. Um que chama a atenção é a composição de poder quando no artigo 5º se preceitua que as senhoras que forem sócias não poderão votar nem ser votadas para os cargos de administração da Sociedade.

Outro elemento importante é que a Sociedade colocava como objetivo também o ensino noturno dos libertos e, neste sentido, desde logo se propunha a contratar professor dando preferência ao que for sócio. De maneira que, fica evidente o dualismo do sistema educacional proposto pela maçonaria de uma escola para a elite e outra para a massa.

Fenômeno muito similar ao analisado por Ananias em Campinas onde o discurso de equalização da sociedade pela educação também não se sustentava.

Vimos que esse discurso não se confirmava na prática, pois na verdade existiam dois tipos diferenciados de educação. Uma direcionada aos filhos das elites, e nesse caso o Colégio Culto à Ciência foi o modelo dessa proposta em Campinas, e outra voltada ao aprendizado da população pobre, oferecida pelas escolas menores e gratuitas (ANANIAS, 2000, p. 75).

Consequentemente, uma coisa eram as aspirações que a Ordem tinha em relação aos diversos aparelhos ideológicos, como, por exemplo, a escola e os meios de comunicação social, e outra eram as condições objetivas com que se defrontava a instituição maçônica na materialização efetiva de suas pretensões. Tal dificuldade pode ser percebida na Mensagem de 1915: “*São assas lisongeiros as finanças da maçonaria rio-grandense; mas não permitem ainda cuidar eficazmente da educação leiga, nem da publicação de um jornal ou revista doutrinaria.* (p. 5)

De qualquer forma há nos meios maçônicos a implantação de concepções doutrinárias que se aproximam muito das práticas católicas que, frequentemente, contaminaram a mundividência maçônica. Entre as quais se destaca a idéia de enfatizar o caráter de proeminência social dos quadros diretivos de seus estabelecimentos e procurar incutir em seus membros um grau de co-responsabilidade e, principalmente, de compromisso em colocar seus filhos nos estabelecimentos escolares se não de orientação maçônica pelo menos naqueles que não ostentassem uma orientação ultramontana explícita.¹²

Tal assertiva pode ser apreendida na Mensagem de 1915 (P. 10) quando trata da situação do Ginásio Pelotense:

Gymnasio Pelotense – Depois de alguma perturbação no funcionamento regular deste estabelecimento de ensino racional, continua ele a prestar seus serviços à juventude. Assumiram há poucos dias a sua direção o dr. Manoel Luiz Osório e coronéis Joaquim Assumpção Junior e Manoel Simões Lopes. Basta citar esses nomes para se poder garantir os mais satisfatórios resultados na educação dos alunos. Deem os nossos Irmãos preferência ao Gymnasio Pelotense, matriculando nelle os seus filhos e recomendando-os aos amigos.

¹² Sobre a orientação em não colocar filhos em estabelecimentos escolares católicos veja: PIPPI (2002) e COLUSSI (2003)

A atenção também se voltava para a divulgação de diretrizes e aconselhamentos que procuravam limitar a ação dos colégios confessionais, sobretudo pela restrição à matrícula de alunos filhos de maçons naqueles estabelecimentos de ensino. Na prática, almejava-se limitar o ingresso de alunos e com isto sufocá-los economicamente.

Mas a situação no seio da ordem, em relação a esta questão, era muito emaranhada. O que se verifica é certa desobrigação de muitas lojas e, de outro lado, uma concepção um pouco irrealista em relação ao que seja efetivamente manter um estabelecimento escolar. Em 1915 o Grande Oriente deixa esta situação bem evidente:

Todo o esforço, porem, despendido tem contra si a exagerada compreensão do altruísmo maçônico que quer que tudo façamos sem remuneração, escolas grátis...

Não ponderam muitos o que é ser educador da infância. Não notam como os próprios governos lutam já para ter verbas suficientes, aos milhares de contos de reis, para salas amplas e higienicas, já para conseguir professores capazes e dignos de nobilíssima missão (MENSAGEM, 1915, p. 14).

Ilustrativo é a manifestação da loja Serra Azul em relação à escola Eduardo Vautier, fundada na capital, lamentando que ela lute com dificuldades para manter-se, sem auxílio das suas co-irmãs, vivendo amparada apenas por 15 irmãos da Loja. (CONGRESSO, 1904, p. 234)

Neste mesmo congresso são reincidentes os projetos e propostas para solucionar o problema da manutenção de escolas sob a orientação maçônica. Entretanto, na prática, o que ocorreu foi que na maioria dos casos não houve uma efetiva materialização. Muitas lojas inclusive recriminam o silêncio das grandes lojas em relação aos reclamos quanto a este tema. Como, por exemplo, percebe-se na reclamação da loja Estrela da Caridade do município do Espírito Santo do Pinhal: *“Esta oficina desejando instalar uma escola noturna destinada para os meninos pobres, implorou o auxílio dos grandes, cuja resposta foi o silêncio, pelo que a sublime idéia não pode produzir os seus benéficos resultados.”* (IDEM, 1904, p. 28)

É incontestável que as grandes realizações das aspirações maçônicas em termos de educação foram a criação do Colégio Culto as Ciências em Campinas, em 1873, e do Ginásio Pelotense em Pelotas, em 1902. Estes empreendimentos retratam a real perspectiva de constituição de um estabelecimento escolar com as características propugnadas pela Ordem. Isto é, uma instituição escolar com capacidade de rivalizar-se com as que tinham como entidades mantenedoras organizações sociais vinculadas à Igreja Católica.

O que fica evidente é que estas foram escolas com características e condições de acolher os filhos de membros de destaque da Ordem. Isto é, na maioria dos municípios, mesmo que almejassem os maçons não tinham opções que rivalizassem em qualidade com os estabelecimentos escolares confessionais.

De modo que uma alternativa muito utilizada pela maçonaria foi auxiliar outras instituições que direta ou indiretamente se antagonizavam com a igreja Católica. Esta prática, não estava isenta de equívocos como aconteceu, por exemplo, com o apoio dado para a “Escola Racional” fundada em Porto Alegre e com inspiração anarquista. Apesar do explícito anticlericalismo manifestado, paulatinamente a ordem também se viu envolvida nas críticas que seus mentores faziam às diversas instituições sociais de “cunho burguês”. Isto indicou a necessidade de finalizar com o apoio dado. Como se pode verificar na Mensagem de 1916:

Conforme o Rel. do Gr. Secr. Ger. concernente ao ano maçônico de 1914 a 1915, estava resolvida a extinção da Escola Moderna que, sob a proteção deste Gr. Or. funcionava à Rua Voluntários Pátria nº 711.

Infelizmente, não correspondeu esta aos fins a que se destinava e nestas condições foi determinado seu fechamento (p.15).

Mesmo assim o Grande Oriente anunciava explicitamente uma reiterada intenção de contribuir, de todos os modos possíveis, com instituições que se confrontasse com aquelas vinculadas ao ensino religioso. Afirmava que “o Gr. Or., no entretanto, jamais deixou de preocupar-se com o magno problema da instrução e, por todos os meios a seu alcance, procura sempre propagar a necessidade do ensino leigo” (MENSAGEM, 1916, p. 15).

A grande preocupação era inibir a ação clericalista que se espalhava pela nação e, para esta consecução, como propõe a loja Amor da Pátria do município de Bragança: “A Maçonaria não deve se limitar aos seus próprios recursos, e tratará de reunir mesmo elementos estranhos, e que sejam aproveitáveis, para despertar e fomentar a reação em todas as classes sociais.” (CONGRESSO, 1904, p. 130)

Não deixa de ser notável que a maçonaria tenha encontrado muitas dificuldades na implantação de um sistema escolar alternativo ao vigente, apesar das reiteradas manifestações quanto a necessidade do mesmo. Frequentemente seus membros eram instados, estimulados e emulados neste sentido. De modo que, embora com precariedades, quando possível, escolas diretamente vinculadas à Ordem procuraram colocar em prática os ideais maçônicos em relação à educação. Como se pode observar no Rio Grande do Sul.

Em Pelotas, Alegrete, Cruz Alta, Cacimbinhas, Passo Fundo e em outras localidades do Estado não tem a Maç. descurado de tão importante assunto e fundando escolas, auxiliando as já existentes, vai combatendo o analfabetismo e educando a juventude de modo a afastá-la da influencia perniciosa de preconceitos religiosos ou filosóficos e instituindo o ensino leigo, como o único compatível com o nosso adiantamento, com a nossa forma de governo e com os princípios liberais que pregamos e defendemos (MENSAGEM, 1916, p. 15).

Ainda nesta mensagem há um reforço no sentido de estimular as lojas para que investissem em mais atenção na questão da educação. O que se comprova é que havia uma grande dificuldade em manter estas escolas.

Oxalá todas as LLoj. empregassem um pouco de atividade tratando do problema da educação da juventude, pois de real valor seria este serviço não só para a sociedade em que vivemos, mas para a nossa Pátria que tanto precisa de braços para o trabalho e de homens para todos os grandes empreendimentos (Idem).

Entretanto, aparentemente esta conclamação não recebeu as adesões que permitissem fazer com que estes estabelecimentos tivessem seu papel fortalecido e continuassem a ocupar um espaço de antagonismo aos ideais confessionais, então hegemônicos.

E um exemplo foi o acordo firmado entre o Grande Oriente e a Intendência Municipal de Pelotas em 11 de julho de 1917, pelo qual o Ginásio Pelotense, o diamante na coroa do sistema de ensino gerido pela maçonaria, passou a ser administrado pela municipalidade.¹³ Segundo os dirigentes maçônicos:

Um dos motivos que mais concorreram para que o Gr. Or. entregasse ao município de Pelotas a administração de tão acreditado estabelecimento de ensino, foi o fato de ser privativo dos poderes estaduais e municipais conseguir a equiparação de tais estabelecimentos ao Colégio Pedro II (MENSAGEM, 1918, p. 22).

Mas não resta dúvida que esta assertiva não revela as reais causas de tal procedimento. Isto porque outros colégios, particularmente os vinculados à Igreja Católica, equacionaram bem esta questão com o governo estadual. Situação que poderia ser facilmente igualada pela instituição maçônica, mormente quando se conhece a influência desta nos círculos decisórios do governo do estado do Rio Grande do Sul.

O mesmo havia ocorrido com o Colégio Culto à Ciência que no começo da república já havia sido repassado para o domínio do Estado de São Paulo. Denotando um comportamento revelador da fragilidade da instituição maçônica no exercício de entidade mantenedora de estabelecimentos escolares.¹⁴

Na medida em que não obtinha sucesso como ente mantenedor apelou para o exercício de uma influência direta nos professores, apesar deles não terem condições financeiras de filiar-se a instituição. Tal aspecto obrigou que muitas lojas relativizassem os critérios para o ingresso de professores¹⁵ em seus quadros tendo em vista que “*estes, até então, não faziam parte da ordem, já que não dispunham de recursos financeiros suficientes para o pagamento das despesas exigidas de filiação*”. (PIPPI, 2002)

Na luta contra os colégios confessionais a maçonaria deveria batalhar contra a equiparação que os mesmos haviam obtido propugnando inibição à manutenção dos colégios pela extinção das equiparações de seus ginásios ao Nacional e pela divulgação dos seus defeitos, insensatez dos seus méritos, falseamento dos seus dogmas, em toda parte onde houver uma reunião, na imprensa e no lar, por meio de uma análise judiciosa e leal de tudo que lhes diz respeito.

Na área educacional, a maçonaria constituiu-se no paradigma que, com maior intensidade, lutou contra o projeto ultramontano católico. A rigor, a estratégia maçônica limitou-se a tentar cercear a área de ação adversária e, concomitantemente, estimular o desenvolvimento da rede oficial de ensino. Os maçons não possuíam uma estrutura institucional capaz de rivalizar com as congêneres. Mesmo assim, onde as condições eram mais propícias, ou os conflitos mais acirrados, a maçonaria criou alguns estabelecimentos escolares (TAMBARA, 1995, p.365).

¹³ Note que este processo ocorreu de modo semelhante em Santana do Livramento quando em 1910 a Intendência Municipal doara às Lojas Maçônicas terreno para ser edificado um ginásio. A construção foi iniciada, mas algum tempo depois a Maçonaria desistiu do projeto. “*Mais tarde, o projeto foi encampado pelo Estado, que o adquiriu e concluiu as obras, passando a funcionar ali, em 1919, um colégio elementar*” (TAMBARA, 1995, p. 367-8).

¹⁴ Sobre este processo veja MORAES, (1981).

¹⁵ Sobre o privilégio dado a professores para o ingresso na Ordem veja COLUSSI (2003)

O que podemos concluir é que apesar da maçonaria estar constituída por membros dos estratos mais elevados da sociedade tanto no aspecto acadêmico como no financeiro a maçonaria, como instituição, não conseguiu plasmar um sistema de educação alternativo ao hegemônico.

Ademais, embora fossem despendidos esforços pelos dirigentes de várias potências no sentido de incitar a criação de escolas observou-se que estas não se materializaram pelo menos na expectativa almejada.

De modo que há uma questão que ainda merece maior investigação no campo da história da educação: Porque um grupo tão qualificado não conseguiu implementar e manter um sistema de ensino sob seu controle ideológico?

Referências

- ALMANACH Litterário de S. Paulo para 1879, São Paulo, Typ. da Província, 1878.
- AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: Uma face da História da Educação em Pelotas**. Pelotas, Seiva, 1999.
- ANANIAS, Mauricéia. Propostas de educação popular em Campinas: “As aulas noturnas” In **Cadernos Cedex**, ano XX, nº 51, 2000.
- ANUÁRIO do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil. (Publicação Oficial) Rio de Janeiro, Typ. Da Papelaria Ribeiro, 1900.
- BARATA, Mansur Alexandre. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.
- _____. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Editora UFJF; Annablume, 2006.
- BOLETIM do Gr. Or. do Rio Grande do Sul - nº 1 março 1900 anno IX Porto Alegre, Globo, 1900
- BOLETIM oficial Grande Oriente do Rio Grande do Sul abril-maio-junho 1972
- CEREMONIAL do Funeral Maçônico de Corpo Presente – GORGS, Porto Alegre, Nacional, 1902
- CIRCULAR do GR. OR. do Rio Grande do Sul in Mensagem apresentada à Sob. Ass. Ger. Porto Alegre, Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.
- COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- _____. **A maçonaria brasileira no século XIX**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.
- CONGRESSO Maçônico de Fevereiro de 1904 convocado pelo Grande Oriente Estadual de São Paulo. São Paulo, s/e, 1904
- CONGRESSO DO GORGS in ALMANAK Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul – Pelotas, Pinto & Cia, 1905.
- CONSTITUIÇÃO, CODIGOS PENAL E PROCESSUAL E REGULAMENTO GERAL DA ORDEM MAÇONICA – na jurisdição da grande loja simbólica Escocesa Soberana para o estado do Ceará. Fortaleza, Est. Graphico Urânia, 1934.

DECRETO Nº 372/97. Dispõe sobre edição consolidada da constituição do Grande Oriente do Rio Grande do Sul in site da A.R.L.S. Força e União – Novo Hamburgo visitado em 25/11/2013.

FREITAS, Manuel Serafim Gomes de. Diário manuscrito, 1928.

G.O.B. O que é maçonaria in www.gob.org.br visitado em 30/11/2013

MENSAGEM Gr. Or. e Sup. Cons. Estado do Rio Grande do Sul Confederado ao Gr. Or. Do Brasil Porto Alegre, Of. Typ. da Livraria do Comércio, 1915.

MENSAGEM Gr. Or. e Sup. Cons. Estado do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1916 por James de Oliveira Franco e Souza. Porto Alegre, Of. Typ. da Livraria do Commercio, 1916

MENSAGEM apresentada a Sob. Ass. Ger. do Gr. Or. do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1918 pelo Gr. Mest. Gral. Carlos Frederico de Mesquita, P. Alegre, Of. tip. d' "o Delta", 1918.

MENSAGEM apresentada a Sob Ass Ger do Gr. Or. do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1920 Porto Alegre, Of. Graf. da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A Sociedade Culto à Ciência de Campinas e o projeto republicado de educação: Uma leitura a partir dos estatutos, regulamentos e programas de ensino da instituição escolar (1869 – 1896) in **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia, 2006.

MORAES, C.S.V. “**O ideário republicano e a educação: O Colégio Culto à Ciência de Campinas (1860-1892)**”. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP/FE, 1981.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 3-22.

PIPPI, Elisângela Stefanello A educação sem a cruz: a resistência maçônica a reorganização católica no Rio Grande do Sul **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, UFSM, v. 15 2002.

REGULAMENTO Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul - 1973 in site da A.R.L.S. Força e União – Novo Hamburgo visitado em 25/11/2013.

RESUMO dos trabalhos da 14ª reunião periódica da Soberana Grande Loja Simbólica do Rio Grande do Sul. Pelotas, s/e, 1940.

RIO GRANDE DO SUL, Estatutos da Sociedade Beneficência Propagadora da Instrução Popular na cidade de S. Leopoldo. In **Collecção dos Actos, Regulamentos e Instrucções**. Porto Alegre, Of. Typ do Conservador. 1886.

RITUAL da Adopção Infantil. GORGS, Porto Alegre, Typ. da Livraria A Nacional, 1900.

RITUAL de Casamento. GORGS, Porto Alegre, Typ. da livraria A Nacional, 1901

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação**. Pelotas, Editora da UFPel. 1995.